

O estudante do ensino superior: identificando categorias de análise

Higher education students: identifying categories of analysis

Carlos Antonio de Souza Moraes^{*}

Thaynara Moreira Botelho^{**}

Thuanny Alves Fonseca^{**}

Danielle de Oliveira Almeida^{**}

Joelma Candido Bastos^{***}

Por meio e revisão de literatura objetiva-se identificar categorias que contribuam para analisar a atual situação dos estudantes do ensino superior brasileiro. A relevância desta proposta está em pensar a educação no Brasil e contribuir para os debates acerca da reformulação de currículos dos cursos de graduação. Para tanto, utiliza indicadores nacionais, não desconsiderando a realidade internacional. Já no âmbito local, apresenta uma proposta em operacionalização na UFF/Campos. Os resultados demonstram que o trabalho, a família, a assistência estudantil, além das características gerais do estudante (origem socioeconômica, perfil, relação com a universidade, etc.) são categorias fundamentais para análise de tal realidade.

Through literature review, this study aims to identify categories that contribute to analyze the present situation of students in Brazilian higher education. The relevance of this proposal is justified by its considerations on Brazilian education and contribution to discussions on curriculum reformulation in graduate courses. The study uses national indicators, though not ignoring international reality. At local level, it presents a proposal being implemented at UFF/camps. Results show that work, family, student assistance, in addition to the general characteristics of the student (socioeconomic background, profile, and relationship with the university, among others) are essential categories for the analysis of such reality.

Palavras-chave: Educação. Estudante. Ensino superior. Perfil. Assistência estudantil.

Key words: Education. Students. Higher education. Profile. Student assistance.

Introdução

A relação entre educação e trabalho vem se estreitando e tornando-se mais visível a partir do surgimento das cidades modernas, bem como, das transformações científicas, tecnológicas e econômicas, que ocorreram mais tarde e reconheceram que a educação, ao qualificar os trabalhadores, pode vir a contribuir para o desenvolvimento econômico. (SAVIANI, 1994).

^{*} Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense, Mestre em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense, Membro do Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa em Cotidiano e Saúde. Professor Assistente do Departamento de Serviço Social de Campos/ Universidade Federal Fluminense/ Campos dos Goytacazes/RJ, Brasil

^{**} Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense em Campos dos Goytacazes/RJ, Brasil

^{***} Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense em Campos dos Goytacazes/RJ, Brasil

Numa perspectiva semelhante à de Saviani, Fogaça (1998) afirma que existem dois processos que inter relacionam a educação geral e com a profissional: a globalização e a emergência de um sistema de produção sustentado na automação flexível.

Nestes casos, deve-se entender a globalização enquanto “uma multiplicidade de mudanças surgidas a partir de 1970, que instituiu novas relações internacionais nos planos econômico, social, cultural, político e tecnológico” (FIORI, 1998; SCHERER, 1997; apud GONDIM, 2002, p. 2). Todas as mudanças traduzidas pela globalização e emergência deste sistema de produção tornam confluentes as organizações educacionais, empresas e comunidade. (DOWBOR, 1996).

De acordo com Gondim (2002, p.3) o desenvolvimento científico e tecnológico, base da globalização, acarreta exigências a um perfil profissional que necessita lidar com significativos fatores. Assim, segundo a autora, as características desejáveis em tal perfil estão ancoradas nas seguintes habilidades:

- i) Cognitivas: raciocínio lógico e abstrato, resolução de problemas, criatividade, capacidade de compreensão, julgamento crítico e conhecimento geral; ii) técnicas especializadas: informática, língua estrangeira, operação de equipamentos e processos de trabalho e iii) comportamentais e atitudinais: cooperação, iniciativa, empreendedorismo (...), motivação, responsabilidade, participação, disciplina, ética e a atitude de aprender a aprender. (ASSIS, 1994, GÉLIO, 2000; SILVA FILHO, 1994, WHITAKER, 1997).

Diante do apresentado, as dúvidas são: quem são os estudantes de nível superior que deverão construir tais habilidades? Qual sua atual condição perante o mercado de trabalho? Quais as principais dificuldades que interferem em sua formação profissional? São trabalhadores estudantes ou estudantes trabalhadores?

Partimos da premissa de que a organização universitária, na atualidade, é convocada a educar e preparar profissionais para atender às novas demandas do mercado de trabalho. No entanto, são poucos os usuários do ensino superior no Brasil: “9% das pessoas na faixa etária entre 18 e 24 anos (...). Um dos índices mais baixos da América Latina” (ZAGO, 2006, p.228).

Por outro lado, esta mesma autora ressalta que, a partir de 1970, as políticas mercantilistas do ensino superior fortaleceram o setor privado, que hoje detém 90% das instituições. A questão é: como está sendo concretizada a educação e sua relação com o mercado de trabalho na formação universitária?

Abordar essa problemática é de extrema relevância (principalmente ao particularizarmos, ao final deste artigo, uma proposta em operacionalização), visto que contribui para os debates nacionais e locais acerca da reformulação de currículos dos cursos de graduação.

Inicialmente, enquanto artigo de revisão produzido a partir de pesquisa bibliográfica, serão verificados e analisados debates em torno do perfil do universitário,

considerando: as implicações de sua origem social (características socioeconômicas), o acesso à universidade, a relação familiar com o trabalho e com a própria universidade. Por fim, refletiremos acerca da assistência estudantil no ensino superior brasileiro.

A justificativa para este último aspecto encontra-se no fato de que “25% dos potenciais alunos universitários são tão carentes que não tem condições nem de entrar no ensino superior mesmo gratuito” (ZAGO, 2006, p. 228).

Diante do exposto, convidamos o leitor a refletir a partir de autores como Finatti (2007), Portes (2006), Gondim (2002), Zago (2006), Furlani (1998), Cardoso e Sampaio (1994) acerca das principais categorias para analisar a realidade (social, econômica e cultural) do estudante universitário brasileiro.

Aluno do curso superior: características gerais

Médico ou enfermeiro? Jornalista ou professor? Engenheiro ou arquiteto? Quem não foi questionado acerca do que gostaria de ser quando crescesse? Várias vezes nos deparamos com situações cotidianas em que pairam dúvidas ou certezas na escolha da carreira profissional.

Profissionais especializados, jornais, revistas científicas, testes vocacionais procuram esclarecer acerca de determinadas profissões, as que estão em alta no mercado atual, as cogitadas como promissoras e as que se encaixam no perfil de determinadas pessoas (ou o contrário). Tudo isso contribui para o esclarecimento de dúvidas e para a possível “escolha” da carreira a se seguir.

No entanto, falar globalmente de “escolha” implica ocultar questões que envolvem as condições sociais, as econômicas e as culturais da família e o histórico de escolarização do candidato. Para a maioria das pessoas não existe “escolha”, mas adaptação, ajuste a sua realidade (ZAGO, 2006).

Isto significa dizer que a origem social exerce forte influência na “escolha” e acesso às carreiras prestigiosas. Ou seja, quanto maiores os recursos dos pais, mais os filhos terão chances de acesso ao ensino superior e em cursos seletivos, mais orientados para diplomas prestigiosos e empregos com melhor remuneração (GRIGNON; CRUEL, 1999, p. 183).

Obviamente não se desconsidera aqui a possibilidade de estudantes de camadas populares alcançarem cursos mais seletivos no ensino superior, como apontam Zago (2006), Portes (2006), Muzzeti (1997), Viana (1998), Souza e Silva (1999) em relação ao Brasil; Lahire (1997), Grignon et. al. (1996), Bisseret (1974) no que concerne à França e, Hoggart (1975) no contexto inglês. No entanto, vale ressaltar que enquanto persistirem as desigualdades nos ensinos primário e secundário brasileiros, as tentativas de democratização do superior serão inócuas (GOUVEIA, 1968).

Por outro lado, em relação à própria “escolha” do curso superior, muitos estudantes,

por desconhecimento da realidade do mercado e por considerarem experiências com disciplinas do ensino médio, ingressam na universidade com uma imagem “engessada” da profissão.

A esse respeito Gondim (2002, p.8) ressalta o seguinte depoimento de uma aluna do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG):

(...) quando eu entrei para escolher o curso, não foi uma escolha assim consciente, eu fiz este curso influenciada por minha mãe... mas hoje eu me identifico com esta profissão... gostava da área de humanas, queria história, mas não queria ser professora, então minha mãe que trabalha na área de saúde (...) aí a idéia que ela tem é a idéia tradicional da assistente: Ah! Lá tem umas moças boazinhas que ajudam lá.

Entrar para a universidade, segundo Portes (2006), é adentrar num mundo novo, desconhecido, é ter a possibilidade de interação com práticas culturais mais legítimas, sobretudo quando se considera a atual realidade da educação básica pública brasileira, em que não se constata, na maioria das vezes, a presença de atividades que priorizem o teatro, artes, concertos, cinemas e literatura.

Em paralelo às afirmações de Portes, cabem as seguintes indagações: será que estas práticas vêm sendo desenvolvidas nas universidades brasileiras? As atividades de pesquisa e extensão vêm sendo priorizadas em conjunto com o ensino? Mas se o setor privado detém 90% das instituições de ensino superior, como o tripé ensino/pesquisa/extensão vem sendo desenvolvido nestas universidades?

Mais ainda: o que é das práticas culturais na era do ensino a distância?

Essas indagações suscitam a reflexão acerca do sistema educacional brasileiro, da instituição formadora, segundo Finatti (2007, p.19) e sua

tarefa de organizar a cultura e a sociedade para superar as contradições nela existentes, formando agentes culturais mobilizadores que usam a educação como instrumento de luta pela ampliação dos direitos humanos e pela consolidação da cidadania.

Porém, na era do capital, o próprio ensino é mercantilizado de tal forma que a qualidade do serviço prestado se torna menos importante que a quantidade dos que pagam por ele, esquecendo-se que por trás desses números, existem sujeitos que precisam receber uma formação ampliada e, ao mesmo tempo, serem preparados para o mercado de trabalho.

Mas quem são esses sujeitos usuários do ensino superior brasileiro?

Alguns estudos, como o que Finatti (2007) desenvolveu na Universidade Estadual de Londrina (UEL) os caracterizam da seguinte maneira:

√ Jovens, com percentual maior de mulheres em relação aos homens, declarando-se na condição de solteiros;

- √ A maioria se mantém, financeiramente, por meio de trabalho formal. Mas existem aqueles que possuem bolsas acadêmicas e outros que sobrevivem de trabalho informal;
- √ A situação dos estudantes em relação à moradia é diversificada, porque envolve desde os que residem com os pais (a maioria), até os que moram com amigos, outros familiares ou sozinhos, sobretudo em casas alugadas.
- √ Registrou-se ainda percentual negativo em relação à leitura dos alunos, além do fato de não possuírem o hábito de comprar livros, visto que existem facilidades no acesso à literatura por meio de fotocópias.

Por outro lado, as análises de Gondim (2002), a partir de pesquisa com os estudantes da UFMG, constatam que, ao longo do curso, identificam-se habilidades que são requeridas ao perfil de profissionais na atualidade, sejam elas cognitivas, técnicas ou atitudinais/comportamentais, porém, há uma indefinição no papel de cada profissional, demonstrando que, na atualidade, há fragilização dos limites de atuação de áreas afins.

Além disso, o sentimento geral dos alunos é que a formação universitária é insuficiente para atender à demanda requerida no mercado de trabalho. Por outro lado, nos cursos em que o estágio não é obrigatório, há uma maior insegurança por parte dos alunos que acreditam que o espaço interno da Universidade poderia oferecer alternativas para o mesmo, por meio de escritórios/escola.

Essas informações sugerem um aprofundamento acerca do debate (que não trataremos aqui) em relação à formação, seja com ênfase no curso para o mercado ou com ênfase generalista, ambas apresentando pontos positivos e negativos.

Entretanto, uma das categorias enfatizadas por autores (CARDOSO; SAMPAIO, 1994; ROMANELLI, 1994) na literatura atual em relação ao estudante universitário é o trabalho. Seja enquanto garantia de sua sobrevivência ou enquanto complementar em suas vidas, na medida em que ainda pode ser dependente de suas famílias, conforme discutiremos a seguir.

O estudante universitário e o trabalho

De uma maneira geral, os estudos clássicos sobre juventude consideraram a categoria trabalho como indicador privilegiado para identificar dois segmentos da juventude: o jovem trabalhador e o jovem estudante. Desdobramentos e classificações são elaborados a partir destas duas situações. Autoras como Cardoso e Sampaio (1994) em “Estudantes universitários e o trabalho” defendem que este último se torna categoria explicativa quando são incorporados à análise novos elementos que consideram a organização e funcionamento dos cursos universitários, bem como, a categoria juventude, que compreende tanto o trabalhador estudante quanto o estudante que trabalha.

Por outro lado, Furlani (1998) em “A claridade da noite. Os alunos do ensino superior noturno”, tece discussões e constrói análises que têm como foco o estudante, que possui uma trajetória escolar, relações familiares, expectativas capazes de construir novas possibilidades e desconstruir pré-conceitos.

Um fato a se considerar é que, a partir de 1970, pesquisas (CARDOSO; SAMPAIO, 1994) constataam a heterogeneidade do estudantado, demarcando que muitos destes conciliam o trabalho com sua formação universitária. Estes diagnósticos permitiram as seguintes diferenciações afirmadas por Romanelli (1994) acerca do estudante:

- 1) Estudante em tempo integral: é mantido pela família e se dedica exclusivamente aos estudos, independente do turno (diurno, noturno, integral);
- 2) Estudante/trabalhador: trabalha, no entanto, ainda é dependente financeiramente de seus familiares;
- 3) Trabalhador/estudante: Além de não depender dos familiares, contribui muitas vezes, para o orçamento doméstico. A família não tem condições financeiras para mantê-lo e/ou não julga a escolarização universitária relevante investimento para o filho. Assim, o estudo depende do investimento, disposição e aspirações pessoais deste último, incentivadas às vezes, pela família.

Diante desta heterogeneidade e entendendo a educação como “uma prática social, uma atividade humana concreta e histórica que se determina no bojo das relações sociais entre as classes e se constitui, ela mesma, em uma das formas concretas de tais relações” (GRZYBOWSKI apud FRIGOTTO, 1986, p. 33), é necessário vislumbrar que, dentro deste contexto, são também geridos pré-conceitos. Sejam voltados ao ensino noturno e às deficiências de seus estudantes, à área e, mais especificamente, a determinados cursos, ao tipo de universidade (pública ou privada) que acabam construindo estereótipos nem sempre confirmados a respeito da qualidade do ensino, do grau de exigência dos cursos e universidades, das deficiências e responsabilidades dos alunos, dentre outros.

A esse respeito, Furlani (1998) com base em Alves (1984), Faraco e Zainco (1993), Camargo e Abud (1995) ressalta que os alunos do ensino superior noturno são vistos de maneira diferenciadas pelos professores em relação aos alunos do diurno. As principais características atribuídas a estes primeiros são:

- 1) Deficiências ao longo de sua trajetória escolar;
- 2) Ingresso precoce no mercado de trabalho;
- 3) Pouco tempo disponível para os estudos;
- 4) Maior maturidade, interesse e experiência, sendo mais participativos e questionadores;
- 5) Na maioria das vezes, são casados e possuem filhos.

Muitos desses preconceitos são desfeitos diante das pesquisas realizadas por Sposito

(1984), Castanho (1989), Abramovicz (1990), Cardoso; Sampaio (1998). O que se verifica é que a maioria dos alunos do noturno se enquadra na faixa etária entre 18 e 25 anos, sendo solteiros. Por outro lado, os resultados dos estudos desenvolvidos divergem quanto à trajetória escolar dos jovens, o que proporciona uma análise comparativa com a necessidade de trabalhar e a escolaridade de seus pais.

De fato, Sposito (1984) identifica que a trajetória escolar desses alunos se caracteriza por interrupções até a entrada no curso superior. Diferente de Castanho (1989) e Alves (1984) que comprovam, sobretudo, histórias de sucesso escolar durante o ensino fundamental e médio, além de baixa incidência de alunos que frequentaram cursos supletivos.

É evidente, diante destas informações, a singularidade expressa em cada história/trajetória destes sujeitos que contribui significativamente para a configuração heterogênea dos usuários do ensino superior no Brasil na atualidade. No entanto, Cardoso; Sampaio (1994, p.45) vislumbram significativas semelhanças quando pesquisam a distribuição dos estudantes que trabalham por curso:

(...) nos cursos da área de humanidades e de ciências sociais aplicadas, os estudantes trabalhadores são a grande maioria. Eles chegam a 72 % nos cursos de administração de empresas, 71,3% no de pedagogia, 68,8% no curso de direito e 62,9% no de filosofia.

Já Furlani (1998, p.38) coloca no centro do debate o caráter seletivo do vestibular e a origem socioeconômica do aluno variando de acordo com o período de funcionamento do curso. Observe-se: acerca do caráter seletivo dos cursos o autor ressalta que há “forte estratificação social entre as diversas carreiras, de acordo com seu grau de prestígio e a dificuldade de ingresso”. No que diz respeito à origem socioeconômica e ao período de funcionamento do curso, a autora registra que o período diurno é frequentado por estratos médios e superiores da sociedade que não precisam necessariamente de trabalhar, ao contrário dos estudantes do período noturno que são de camadas mais baixas e exercem atividade remunerada. Isso significa que o trabalho é parte constitutiva da caracterização e da identidade destes alunos do noturno.

Para Sposito (1984), as consequências do trabalho em conjunto com estudo, representam desgaste físico, aliado à alimentação precária e repouso insuficiente, visto que chegam a exercer suas funções, enquanto trabalhadores, em 40 horas semanais, como auxiliar de escritório, professor, dentre outros.

Cardoso e Sampaio (1994, p.38, 39) correlacionam o trabalho dos estudantes com o grau de instrução de seus pais, ressaltando que “conforme aumenta a escolaridade tanto do pai quanto da mãe, diminui o percentual de estudantes que trabalham”. Assim, torna-se possível afirmar que, estrategicamente, a classe média investe no estudo dos filhos.

Por outro lado, a necessidade que alguns estudantes possuem de trabalhar lhes

confere a possibilidade de frequentar um curso superior, em muitos casos dependendo da família em termos de moradia ou em relação a despesas de consumo e lazer, configurando momentos de autonomia e dependência do jovem em relação à família, visto que, segundo Cardoso e Sampaio (1998, p.46), tais estudantes possuem uma renda entre 2,5 e 5 salários mínimos.

Diante da bibliografia consultada, torna-se evidente que, em alguns casos, a busca pela formação superior nasce a partir da possibilidade de ascensão profissional. Não menos importantes, são citadas enquanto expectativas, as vantagens financeiras, seguidas de maior enriquecimento cultural e maior realização pessoal.

Estas produções indicam temáticas que, por si só, configuram inúmeros desdobramentos: família, trabalho, ensino noturno, alunos trabalhadores... Temáticas que, quando vinculadas a determinada profissão se complexificam, na medida em que passam a construir dados objetivos e subjetivos não apenas em relação ao aluno e seu contexto familiar e ocupacional, mas também, ao próprio curso, à instituição de ensino, aos educadores e à realidade macroestrutural.

Para aprofundar esta discussão, vejamos a seguir algumas produções a respeito da família e seu papel central no contexto em discussão.

O estudante universitário e a família

Em relação à família, Portes (2006, p.228) ressalta o seu trabalho escolar:

Denomino trabalho escolar das famílias a todas aquelas ações (ocasionais ou precariamente organizadas) empreendidas pela família, no sentido de assegurar a entrada e a permanência do filho no interior do sistema escolar, de modo a influenciar sua trajetória escolar, possibilitando-lhe alcançar gradativamente os níveis mais altos de escolaridade, como por exemplo, o acesso ao ensino superior.

Assim, de acordo com Portes (2006), é possível observar a presença do trabalho escolar das famílias, por exemplo, ao assegurarem a presença da ordem moral doméstica, compreenderem e apoiarem o filho prestando-lhe atenção ao seu meio escolar, incentivarem a aproximação dos professores e de grupos de apoio no estabelecimento escolar, etc.

Neste trabalho, a mãe vem apresentando papel fundamental na formação dos filhos desde a escola primária. No ensino superior, nota-se esforço da mãe no que se refere a questões paralelas no decorrer da trajetória do estudante. Seus esforços são para que o filho não exerça trabalho remunerado, já que para as mães, a entrada no mundo do trabalho parece significar um desvio de rota.

Por outro lado, se aposta na possibilidade dos filhos processarem conselhos e ajudas das famílias. Estas, que o veem como merecedor de suas preocupações e conselhos.

Mas nem sempre essa família tem condições de manter o filho exclusivamente estudando, e o rompimento com essa trajetória pode até mesmo, inviabilizar o sonho de ver o filho formado. Neste cenário, torna-se de grande relevância a assistência estudantil.

A assistência estudantil

A busca da redução das desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização da universidade e da própria sociedade brasileira. Essa democratização não se pode efetivar, apenas, no acesso à educação superior gratuita. Torna-se necessária a criação de mecanismos que garantam a permanência dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso. (FINATTI, 2007, p.189, 190).

Esta citação proporciona a manutenção do pensamento de que o desenvolvimento do aluno em suas atividades acadêmicas depende, não apenas, da qualidade do ensino, da efetivação e inclusão destes em atividades de pesquisa e extensão, mas também, de uma política efetiva de assistência em termos de moradia, saúde, alimentação, dentre outros.

Considerar estes aspectos é, de acordo com Portes (2006), privilegiar um perfil heterogêneo no estudantado, em que a pobreza deixa de ser negada enquanto característica dos estudantes do ensino superior, conforme ocorreu no século XIX, e passa a ser pensada, a partir do século XX e XXI, não apenas como objeto de solidariedade, fruto de uma aventura solitária de tais estudantes, como o era.

A esse respeito, o Plano Nacional de Educação (Lei n. 10.172/2001), aprovado em 10 de janeiro de 2001, atendendo a uma reivindicação direta do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis determinou a adoção de programas de assistência estudantil a estudantes carentes com bom desempenho acadêmico:

4. Educação superior – objetivo n. 34: Estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa trabalho e outros destinados a apoiar estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico (BRASIL, 2001).

A assistência estudantil contribui para que o aluno não apenas permaneça estudando, mas para que viva a vida universitária de maneira mais plena, sentindo-se pertencente ao curso e à faculdade, além de apropriar-se da cultura acadêmica. No entanto, isso não acontece de maneira efetiva no Brasil, na medida em que, segundo Zago (2006 apud FINATTI, 2007), os estudantes brasileiros, diferentemente dos franceses, no início do curso, muitas vezes, buscam alguma renda por meio de trabalho, quando não desistem de seus cursos ou retardam sua conclusão.

Assim, a ausência de recursos para a manutenção de políticas que busquem criar condições objetivas de permanência desse segmento da população na universidade, impossibilita a efetivação concreta da finalidade da assistência estudantil que, para Finatti (2007, p.191), está relacionada a

Prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos a um bom desempenho acadêmico. Ela transita em todas as áreas dos direitos humanos, compreendendo ações que proporcionem desde as ideais condições de saúde, o acesso aos instrumentais didáticos pedagógicos necessários à formação de profissionais nas mais diferentes áreas do conhecimento, o acompanhamento às necessidades educativas especiais, bem como o provimento dos recursos mínimos a sua sobrevivência.

Deste modo, registra-se aqui a necessidade de se conhecer a realidade (social, familiar, cultural, econômica) dos alunos de maneira aprofundada, a fim de se criar e operacionalizar políticas de assistência estudantil efetivas às suas realidades.

Conclusões e novas perspectivas

Conclusões

As análises desenvolvidas apontam o trabalho, a família, a assistência estudantil, além das características gerais do estudante (origem socioeconômica, perfil, relação com a universidade, etc.) como categorias fundamentais para estudo de tal realidade.

Verifica-se, neste estudo, a forte influência da origem social do estudante na “escolha” e acesso às carreiras prestigiosas. Este fator e seus desdobramentos contribuem para que se criem preconceitos em relação a determinados cursos, áreas de conhecimento e, até mesmo, o horário dos estudos, discernindo os estudantes do noturno e do diurno por meio de características nem sempre comprováveis em determinadas instituições.

No entanto, o que se demonstra preponderante é o fato do estudante noturno ser um jovem trabalhador, ou como ressalta Romanelli (1994) um “trabalhador estudante”, diferente daqueles que estudam durante o dia, que são apenas estudantes ou “estudantes trabalhadores”.

O que se compreende é que aqueles que trabalham sofrem maiores desgastes físicos, alimentam-se precariamente e não encontram tempo suficiente para repouso. Por outro lado, para muitos destes, o trabalho confere a possibilidade de se frequentar o curso superior, o que configura, de certa maneira, momentos de autonomia para aqueles que ainda não se tornaram completamente independentes de seus familiares.

Ao se referir a familiares, é necessário destacar que possuem papel fundamental na vida de muitos destes estudantes. Constata-se este fato, na medida em que o grau de escolaridade dos pais influencia (economicamente e/ou emocionalmente) na “escolha” das carreiras dos filhos.

É também a família que, na maioria das vezes, garante as despesas para aqueles estudantes que não trabalham. Além dos recursos financeiros, os familiares (e muitos amigos dos estudantes) disponibilizam incentivos para que continuem seus estudos, mesmo quando passam por momentos de maiores desgastes (seja no trabalho, na família, na vida pessoal e/ou na universidade).

No entanto, em alguns momentos os familiares não dispõem de recursos financeiros capazes de garantir a permanência dos estudantes na universidade. Nestes casos, a política de assistência estudantil é de fundamental relevância para a construção e aprimoramento de habilidades, na superação de algumas dificuldades que interferem na formação profissional, além de poder contribuir na educação, qualificação e preparação do estudante para o mercado de trabalho. No entanto, verifica-se que ela tem sido insuficiente diante da crescente demanda de estudantes que necessitam de assistência.

O que se observa é a necessidade de que cada universidade priorize um maior diálogo entre seus setores, com o objetivo de discutir alternativas de melhoria entre a formação científica e profissional, que diz respeito à responsabilidade institucional na educação para o trabalho.

O que se comprova com este estudo de revisão é a necessidade de se aprofundar as análises acerca das categorias destacadas, além de se buscar compreender como tais eixos se manifestam na vida dos estudantes das instituições de ensino superior, isto é, quem são os estudantes dessas instituições? Que estratégias desenvolvem para terem o acesso e permanecerem no ensino superior?

Novas perspectivas

É com base nesta compreensão que estamos desenvolvendo estudos no Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa em Cotidiano e Saúde (GRIPES), na Universidade Federal Fluminense em Campos dos Goytacazes/RJ, por meio do projeto “Da ‘Universidade’ dos saberes aos saberes da ‘Universidade’: o perfil sócio/econômico/cultural dos acadêmicos de Serviço Social de Campos e os fatores que incidem em sua formação profissional”.

Tal proposta tem como objetivo central identificar o perfil dos estudantes do Departamento de Serviço Social de Campos, analisando as principais dificuldades encontradas pelos discentes que interferem no processo de ensino/aprendizagem durante sua formação profissional.

Para tanto, os estudos partem da premissa de que, para identificar e desvendar de maneira mais crítica e consistente a temática em questão, faz-se necessário, de acordo com Baptista (1994), considerar a complementaridade entre o quantitativo e o qualitativo. Diante disso, prioriza-se a utilização de questionários com perguntas abertas e fechadas, direcionadas a todos os alunos do curso de Serviço Social da UFF/Campos, além da realização e um grupo focal com um aluno representante de cada período do curso de graduação.

A respeito do grupo focal, Morgan (1997) define como uma técnica de pesquisa qualitativa, derivada das entrevistas grupais, que coleta informações por meio das interações grupais ao se discutir um tópico específico sugerido por um pesquisador, coordenador ou moderador do grupo. O foco de análise, segundo Gondim (2002) são as opiniões surgidas a partir do jogo de influências mútuas que emergem e se desenvolvem no contexto dos grupos humanos.

Assim, há nos grupos focais, segundo Gondim (2002), a possibilidade de os participantes se motivarem pela verbalização do outro, a ponto de emitir concordância ou discordância e acrescentarem novas informações, que se desdobrem em novos posicionamentos.

Desta forma, serão priorizadas, no momento de realização do grupo, a observação e suas transcrições em diário de campo, a partir dos seguintes eixos de discussão, que contemplam tanto os questionários quanto o próprio grupo: Identificação; perfil socioeconômico e cultural; curso de graduação em Serviço Social; Universidade.

Contemplar essa abordagem é possibilitar a escuta daqueles que vivenciam diariamente diversificadas situações no cotidiano acadêmico, familiar, profissional, que interferem diretamente em sua formação enquanto futuro Assistente Social. Compreender esta realidade contribui para a relevância social deste projeto, visto que a reformulação de currículos dos cursos de graduação em Serviço Social tem sido alvo de debates em âmbito nacional. Portanto, nestas discussões, cabe priorizar a realidade dos discentes, considerando seu posicionamento diante das múltiplas determinações no processo de ensino/aprendizagem.

Por outro lado, a pesquisa também apresenta relevância científica na medida em que proporciona a ampliação do conhecimento sobre os alunos do Serviço Social de Campos (SSC), de maneira a analisar expectativas e projetos que trazem, bem como, fornecer subsídios a mudanças no currículo local, articulando tais possibilidades ao contexto nacional, capazes de objetivar o projeto político pedagógico daquele curso na UFF/Campos.

Para finalizar, propõe-se ao leitor, que reflita acerca das seguintes questões em seu ambiente acadêmico: qual o perfil dos estudantes da sua instituição? Que semelhanças e diferenças existem entre os atuais estudantes e os do passado? Qual o principal motivo que os levou a “escolher” determinado curso? Quais as dificuldades que interferem em sua formação profissional? Como se posicionam diante delas? Quais suas perspectivas pós conclusão do curso? Que tipo de relações são construídas com suas famílias?

Referências

- BAPTISTA, D. M. T. O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa. In: São Paulo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. *O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social: um instigante desafio*. São Paulo, 1994, p. 19-26.
- BISSERET, N. *Les inégaux ou La sélection universitaire*. Paris: Presses universitaires de France, 1974.
- BRASIL. *Lei n. 10.172/2001*. Plano Nacional de Educação.
- FINATTI, B. E. Perfil sócio, econômico e cultural dos estudantes da Universidade Estadual de Londrina-UEL- Indicadores para implantação de uma política de assistência estudantil. *Libertas*, Juiz de Fora, v.2, n.1, p. 188–206, dez. 2007.
- FOGAÇA, A. A educação e reestruturação produtiva. In: FOGAÇA, A. (Org.). *Políticas de emprego no Brasil*. Campinas: Instituto de Economia Unicamp, 1998. p. 30-45.
- GONDIM, S. M. G. Perfil profissional e mercado de trabalho: relação com formação acadêmica pela perspectiva de estudantes universitários. *Estudos de psicologia*, Natal, v. 7, n.2, jul/dez, 2002.
- GOUVEIA, A. J. Democratização do ensino superior. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 50, n. 122, p. 232-244, out./dez. 1968.
- GRIGNON, C.; GRUEL, L. *La vie étudiante*. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.
- HOGGART, R. *La culture du pauvre*. Paris: Minuit, 1970.
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo de educação superior*. Brasília: INEP, 2004.
- LAHIRE, B. Les manieres d’étudier. Equete 1994. *Cahiers de Love*, Paris, n. 2, 1997.
- MUZZETE, L. R. *Trajetória social, dote escolar e mercado matrimonial: um estudo de normalistas formadas em São Carlos nos anos 40*. Tese (Doutorado em Educação)-Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1997.
- PORTES, É. A. Algumas dimensões culturais da trajetória de estudantes pobres no ensino superior público: o caso da UFMG. *R. Bras. Est. Pedag.*, Brasília, v.87, n. 216, p. 220 – 235, maio/ago, 2006.

SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, C. J.; ZIBAS, D. M. L.; MADEIRA, F. R.; FRANCO, M. L. P. B. (Orgs.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 151-68.

SOUZA, S. J. “*Por quê uns e não outros?*” *Caminhada de estudantes de maré para a universidade*. Tese (Doutorado em educação)- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999.

VIANA, M. J. B. *Longevidade escolar em famílias de camadas populares: algumas condições de possibilidade*. 1998. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Bras. de educação*, v. 11, n. 32, maio/ago. 2006.

Artigo recebido em: 18 jul. 2011
Aceito para publicação em: 19 out. 2011